



SEMINÁRIO PRESENCIAL

Área temática: **Contratos**

ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aspectos aplicados sobre alterações do objeto, prorrogação, revisão, reajuste e repactuação

08 a 10 . ABR ✕ carga horária: 24 horas ✕ **Rio de Janeiro/RJ**

A seguir, conheça o **PROGRAMA COMPETO!**



O curso

A gestão de contratos administrativos requer atenção especial, sobretudo quando se trata de alterações e aditivos — pontos que frequentemente geram dúvidas, apontamentos e até condenações pelos Tribunais de Contas. A Lei nº 14.133/2021 trouxe novos desafios e oportunidades, tornando indispensável a atualização sobre suas regras e os impactos decorrentes.

Este Curso foi estruturado para oferecer uma abordagem prática e aplicada sobre as principais razões que levam a alterações contratuais relativas ao objeto/projeto, aos prazos e aos valores de contratos de compras, obras e serviços, além do Sistema de Registro de Preços.

Com foco no dia a dia do fiscal e do gestor, o conteúdo explora situações concretas e apresenta soluções seguras para a aplicação da nova Lei de Licitações. Também serão analisados os mais relevantes entendimentos do TCU e dos tribunais superiores, que orientam a execução contratual sob a perspectiva da nova legislação.

Prepare-se para conduzir contratos de modo mais seguro, eficiente e alinhado às melhores práticas!

Quem deve participar

- Agentes de contratação
- Departamentos de contratos, compras e serviços
- Fiscais e gestores de contratos
- Auditores e profissionais do controle
- Assessores jurídicos
- Demais agentes que atuam na execução, fiscalização e gestão dos contratos administrativos



Motivos para participar

Conduzir e instruir de modo seguro as alterações de objeto (qualitativas e quantitativas), de prazo (prorrogações dos prazos de execução e de vigência) e de valor (revisão, reajuste e repactuação) dos contratos administrativos de compras, obras, serviços e Sistema de Registro de Preços.

Identificar vícios e irregularidades comuns cometidos pela Administração nos aditivos contratuais e as melhores práticas para evitá-los, além de eventuais apontamentos e responsabilizações.

Estudar e debater as alterações e os aditivos aos contratos administrativos com grandes especialistas no assunto.

Conhecer as principais alterações e novidades da Lei nº 14.133/2021 relativas aos temas abordados.

Formalizar e instruir adequadamente os procedimentos de alterações contratuais de objeto, prazo e valor.

Discutir e solucionar situações práticas que envolvem as alterações de objeto, de prazo e de valor nos contratos administrativos.

Conhecer os entendimentos do TCU e dos tribunais superiores que podem orientar a interpretação e a aplicação da nova Lei.



Os professores *Currículos descritivos na próxima página.*



Ricardo Alexandre
Sampaio

Rodrigo Vissotto
Junkes

Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed., Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Univali. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Seminário Presencial - Agenda completa

✓ Início do curso
08 de abril

✓ Local
Rio de Janeiro/RJ
(Hotel Windsor Flórida)

✓ Horários
Entrada: 8h30
Almoço: 12h30
Retorno: 14h
Término: 18h

✓ Credenciamento
1º dia a partir de **7h30**

✓ Carga horária
24h

Programação completa



Aula 1 • Dia 08 de abril, das 8h30 às 18h

Professor: **Rodrigo Vissotto Junkes**

AGENTES RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS

- 01** Há um grande receio, por parte dos gestores públicos, quanto à tomada de decisões no processo de contratação, especialmente nas alterações contratuais. Quais cuidados devem orientar essas decisões? Como a disciplina da LINDB pode auxiliar na motivação segura delas? Como a Lei de Licitações trata desse tema?
- 02** Quais as atribuições dos fiscais técnico e administrativo, do gestor, da autoridade e do ordenador de despesas na condução das alterações dos contratos?
- 03** Autoridade, fiscais, gestor e assessor jurídico podem ser responsabilizados pela mesma falta em determinada contratação? Em que casos esses agentes podem ser responsabilizados? O que é erro grosseiro? A Lei de Licitações está alinhada com a LINDB e com os precedentes do TCU sobre esse tema?
- 04** Um mesmo agente pode desempenhar a função de fiscal e de gestor? Quem atua no planejamento pode atuar na fiscalização do contrato? Quais as diretrizes sobre a segregação de funções? Qual o entendimento do TCU?

ALTERAÇÃO DO OBJETO/PROJETO – ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E ALTERAÇÕES QUALITATIVAS

Algumas questões polêmicas serão resolvidas por meio de casos práticos

- 05** De que forma o planejamento influencia o sucesso das contratações e a redução do número de alterações contratuais?
- 06** Em quais hipóteses é possível a alteração unilateral e em quais depende de acordo entre as partes conforme a Lei nº 14.133/2021?
- 07** Considerando a redação dos arts. 124 a 126 da Lei nº 14.133/2021, quais as interpretações possíveis com relação à aplicação dos limites para as alterações quantitativas unilaterais e consensuais e para as alterações qualitativas? Existem alterações que não têm limites? Quais as repercussões e cautelas na interpretação da nova Lei sobre esse tema?
- 08** Qual a diferença entre alterações unilaterais qualitativas e quantitativas? Toda alteração qualitativa envolve uma alteração quantitativa? Quais os limites para essas alterações e o que é “valor inicial atualizado do contrato”? Quais entendimentos do TCU devem orientar a aplicação do novo regime?
- 09** Se as quantidades contratadas foram acrescidas e suprimidas de modo que o valor final não tenha sido alterado, isso caracteriza uma alteração contratual? Qual o entendimento do TCU sobre esse tema?
- 10** Como deve ser aplicado o percentual de 25% para acréscimo nos tipos de contratos a seguir indicados?
- a) Serviços contínuos: valor anual, mensal, remanescente ou a soma de todos os períodos da contratação
 - b) Licitação por itens e por lotes
 - c) Obras
- 11** Nas alterações dos contratos de obras de engenharia, devem ser observados os valores unitários indicados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi)? O que prevê a Lei nº 14.133/2021 sobre esse tema?
- 12** Com relação à contratação de obras e serviços de engenharia e às alterações dos contratos, quais as novidades da Lei nº 14.133/2021 sobre os pontos a seguir elencados?
- a) Regimes de execução e os impactos nas alterações contratuais
 - b) Falhas nos projetos e a apuração de responsabilidade
 - c) Manutenção da diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço de referência nas alterações contratuais
 - d) Falta de valores unitários para itens específicos

- 13** Qual a disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre o direito do contratado de ser indenizado em decorrência de supressões dos contratos? Quais as referências e os limites para esse ressarcimento?
- 14** A formalização do termo aditivo é condição para a execução pelo contratado de alterações ao contrato. Qual o efeito prático dessa disciplina? É possível antecipar os efeitos do termo aditivo? O que isso significa na prática?
- 15** É possível acrescentar quantitativamente o objeto da ata de registro de preços e o contrato dela decorrente? Quais as disciplinas do regime anterior e da nova Lei sobre esse tema?
- 16** Os contratos decorrentes de dispensa e de inexigibilidade de licitação podem ser objeto de alterações unilaterais quantitativas e qualitativas? Quais os limites para essas alterações?



Aulas 2 e 3 • Dia 09 e 10 de abril, das 8h30 às 18h

Professor: **Ricardo Alexandre Sampaio**

ALTERAÇÃO DE PRAZO – PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

Algumas questões polêmicas serão resolvidas por meio de casos práticos

- 17** Qual a distinção entre contratos por prazo e por escopo e qual a repercussão prática dessa distinção?
- 18** O que envolve o prazo de execução e o prazo de vigência?
- 19** Quais as cautelas na condução das prorrogações dos contratos formalizados com base no regime antigo?
- 20** Sobre a duração dos contratos e a disciplina da Lei nº 14.133/2021, pergunta-se:
- Qual o prazo dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos? Qual o prazo máximo considerando prorrogações?
 - Quais as condições para a prorrogação? A cada prorrogação deve ser realizada nova pesquisa de preços? A pesquisa pode ser dispensada para prorrogar? Se sim, em que casos?
 - As condições e os requisitos previstos na IN nº 05/2017 devem ser observados nos contratos formalizados de acordo com Lei nº 14.133/2021? Quais condições merecem destaque?
 - Nos contratos com prazos mais longos, o que deve ser demonstrado a cada exercício financeiro?
 - Quais contratos podem ter prazo de 10 anos, 15 anos, 35 anos e prazo indeterminado?

- f) No art. 106 da nova Lei está prevista a possibilidade de a Administração extinguir o contrato sem ônus quando não dispuser de crédito orçamentário ou o contrato não mais lhe oferecer vantagem. Em que condições e situações isso pode ser aplicado? Quais os efeitos práticos dessa previsão legal?
- g) Qual a disciplina sobre prorrogação dos contratos por escopo?

- 21** A ata de registro de preços e os contratos dela decorrentes podem ser prorrogados? Quais as disciplinas do regime anterior e do novo regime? Prorrogado o prazo da ata, as quantidades previstas serão renovadas? Se sim, quais as condições a serem observadas?
- 22** Quais as novidades previstas na Lei nº 14.133/2021 sobre a decretação de nulidade dos contratos? Quais aspectos e repercussões devem ser ponderados para a decisão de anular ou manter a contratação? Qual a previsão com relação à indenização e à responsabilização?
- 23** Em contrato de serviços contínuos, a prorrogação deixou de ser formalizada na data adequada, mas as partes permaneceram executando o contrato. Como proceder? É possível sanear esse vício? Qual o entendimento do TCU? E se o objeto do contrato fosse uma obra, as consequências relativas à expiração do prazo de vigência seriam diversas? O regime da nova Lei altera a solução desse caso?
- 24** Com relação à contratação de obras e serviços de engenharia e à definição do início de execução e dos prazos contratuais, quais as novidades da Lei nº 14.133/2021 sobre paralisação e suspensão das obras?

ALTERAÇÃO DO VALOR – REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

Algumas questões polêmicas serão resolvidas por meio de casos práticos

- 25** O que são revisão, reajuste e repactuação? Quando são cabíveis?
- 26** A revisão, o reajuste e a repactuação dependem de previsão no contrato? Se não previstos, as respectivas concessões estão vedadas? Devem ser formalizados por aditivo ao contrato?
- 27** Qual o marco inicial de contagem dos prazos do reajuste e da repactuação? Qual a importante novidade da Lei nº 14.133/2021 sobre esse tema? Como deve ocorrer a contagem nos períodos subsequentes?
- 28** Nos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, como deve ser realizada e processada a repactuação/reajuste referente aos montantes de mão de obra e de insumos? É possível reajustar por índice a parcela materiais e insumos? Diante da literalidade da Lei nº 14.133/2021, é possível entender que a adoção do regime híbrido está vedada?
- 29** Nos contratos de serviços contínuos sem alocação exclusiva de mão de obra, pode ser previsto reajuste por índice ou repactuação? Qual a disciplina da nova Lei? Como se manifestou o TCU e qual o entendimento da AGU?
- 30** Se definido em edital valor mínimo obrigatório para salário e vale-alimentação com base na CCT paradigma, conforme previsto no Decreto nº 12.174/2024 e no Acórdão 1.207/2024 – TCU, Plenário, como deverá ser realizada a repactuação dessas parcelas? Com base na CCT da empresa ou paradigma? Quais as implicações práticas e as polêmicas sobre o tema? Como tratar no contrato o assunto para afastar discussões?

- 31** Os direitos ao reajuste, à repactuação e à revisão estão submetidos à preclusão? Como aplicar o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021?
- 32** Novos direitos concedidos por meio de convenção coletiva podem ser incorporados pela repactuação? Antes mesmo de 1 (um) ano da última repactuação?
- 33** A ata e o contrato de registro de preços podem ser reajustados e revisados? O que disciplinam o regime anterior e o novo regime sobre o tema e quais as diferenças entre eles?
- 34** A oscilação do dólar é motivo para justificar a revisão do contrato? Em que condições e quais os cuidados?
- 35** Sobre qual montante deve ser aplicado o percentual de reajuste nas obras: valor inicial ou parcela remanescente do contrato? Quais as cautelas no caso de atrasos e descumprimento por culpa do contratado? E no caso de revisão de determinado custo, qual o cuidado para a aplicação de reajuste posterior?
- 36** Quais os impactos na formação do preço diante de atrasos no cronograma decorrentes de culpa da Administração? Há direito à revisão pelo contratado? Em quais condições e quais os cuidados na avaliação desse pedido?
- 37** É possível prever a repactuação dos contratos de obras com base na variação da Tabela Sinapi? Qual a orientação do TCU?
- 38** Sobre a análise de riscos e a matriz de alocação de riscos, pergunta-se:
- a) Em todos os contratos deve haver a análise/gestão de riscos? Quais as tratativas da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 13.303/2016? O que é matriz de alocação de riscos? Em quais contratações a definição da matriz de alocação de riscos é obrigatória?
 - b) O que deve ser considerado na repartição dos riscos entre contratante e contratado? Quais riscos devem ser preferencialmente transferidos ao contratado?
 - c) Qual a relação entre os regimes de execução e a formação da matriz de riscos em obras e serviços de engenharia? Quais os impactos na formação dos preços da licitação?
 - d) No caso de obras sob o regime de execução preço global, em contratações integrada e semi-integrada, no caso de eventual alteração de projeto, o contratado terá direito à revisão? Quais riscos são assumidos pelo contratado? Quais os entendimentos do TCU?
 - e) Quais os impactos da definição da matriz de riscos na revisão dos valores pactuados?
 - f) É possível que a matriz de riscos seja alterada no decorrer da execução do contrato? A matriz de riscos pode ser alterada durante a execução do contrato? Como gerenciar os riscos identificados apenas na execução do contrato e as situações que alteram as alocações feitas inicialmente?
- 39** O que significa a previsão de que a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não pode ser reduzida em favor do contratado nos aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária? Isso vale para quaisquer situações, mesmo diante de revisões do contrato?

Investimento

1º LOTE até dia 06/02/2026

R\$ 5.995,00 por participante

2º LOTE a partir de 07/02/2026

R\$ 6.590,00 por participante

ESTÁ INCLUSO:

- ✓ 3 almoços / 6 coffee breaks
- ✓ Livro: *Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei nº 14.133/2021* (Editora Zênite)
- ✓ Material de apoio: apostila específica do seminário, mochila e estojo
- ✓ Certificação

Material exclusivo



imagem meramente ilustrativa

Opções de pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag.: 5750 | Cc: 0797822-7

Caixa Econômica | Ag.: 1316 | Cc: 000578231404-0

Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7

Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 13001725-8

Observação: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como: Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix

CONDIÇÃO ESPECIAL

04+01

A cada 04 inscrições pagantes, a Zênite disponibilizará **01 inscrição cortesia**.



Certificação Zênite:
qualidade e excelência garantida.



O que dizem os participantes

Depoimentos de quem já participou de Seminários Presenciais Zênite!

Networkig de alto nível, aulas inspiradoras e momentos para compartilhar experiências. Privilégio de aprendizado que abre portas para a execução das tarefas diárias com excelência.

★★★★★

NISCIONE DOS SANTOS
SEMUSA – PREF. PORTO VELHO / RO

Parabéns a Zênite pela excelente estrutura do evento, muito organizado, com competentes palestrantes; a enriquecer o aprendizado e ajudar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática do serviço público.

★★★★★

JACKSON LIRA DE BARROS
Secretaria de Educação / PE

Agradeço a organização do evento e aos palestrantes. Muito conhecimento útil para aprimoramento das atividades aos colaboradores das estatais.

★★★★★

PAULO SERGIO FERNANDES VENTURA
COHAB – Companhia de Habitação da Baixada Santista / SP

Participar de um curso da Zênite é uma honra. Quanto conhecimento, quanta segurança, professores espetaculares, didática perfeita. A metodologia desse curso foi muito boa, com exemplos práticos e debates dinâmicos. Mais um curso de excelência da Zênite.

★★★★★

DAYANE BATISTA GONÇALVES
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais / MG

Além de todo conhecimento, o método utilizado, a organização e os métodos de abordagens dos temas foram muito importantes e agregadores para o meu conhecimento! Parabéns pela excelência desse encontro; obrigada!

★★★★★

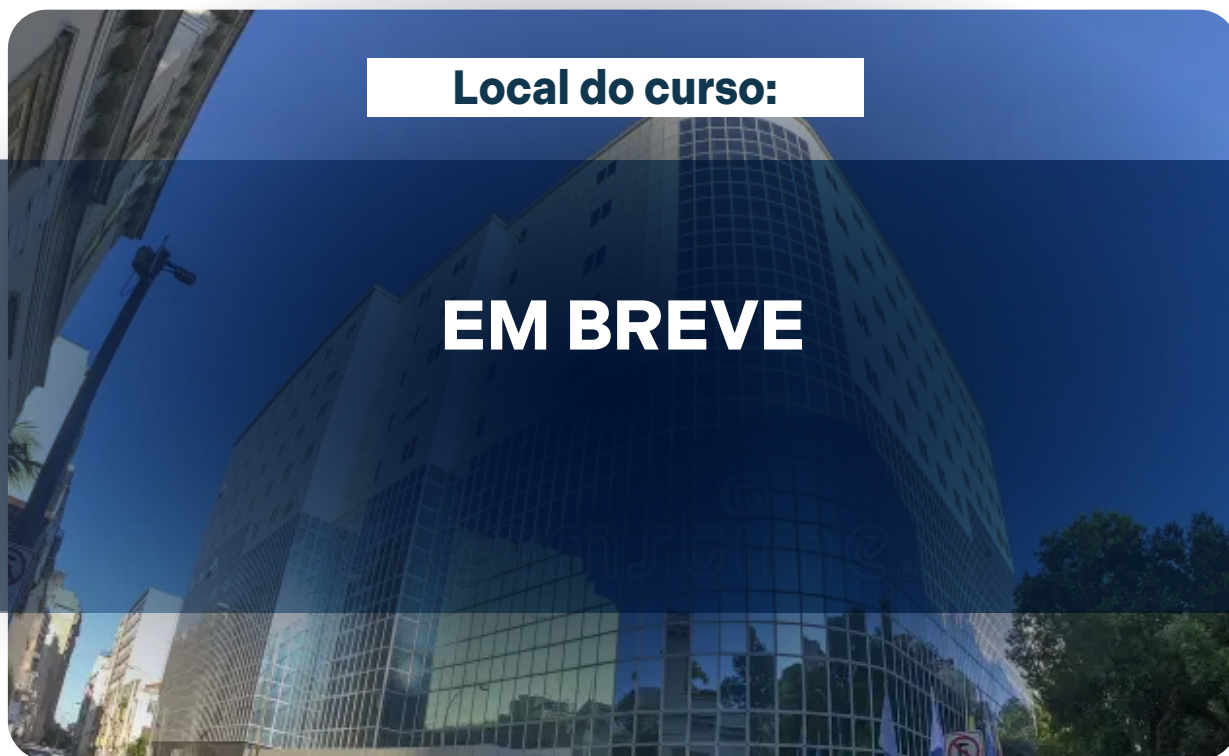
DEBORA ALVES INUMAM
Londrina Iluminacao S.A. / PR

Ótima escolha do local e administração do evento; palestrantes com domínio do assunto e didática.

★★★★★

ATAMIRIS MICHELE MOREIRA LUZ
Goiás Telecomunicações S.A – Goiatelecom / GO

Conheça o local do Curso



Local do curso:

EM BREVE

- ✖ A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- ✖ O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário.



Mais informações: www.zenite.com.br / evento@zenite.com.br

WhatsApp (41) 8881.6616 / Tel (41) 2109.8666

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000



**PLANEJAMENTO ANUAL
DE CAPACITAÇÃO**

2026



Baixe aqui o arquivo!



Confira **os cursos**,
seminários e encontros Zênite
programados para **2026**.

**Programa o desenvolvimento e
o aperfeiçoamento de sua equipe.**